



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ATA DA 11ª SESSÃO - ORDINÁRIA - 2012

Aos 15 (quinze) dias do mês de fevereiro do ano de 2012, às 10 horas, no Auditório Dr. Leonardo Fregonezi Júnior do Pleno do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, presentes Desembargador Marco Villas Boas - Presidente, Desembargador José de Moura Filho, e os Senhores Juízes Membros Marcelo Albernaz, Francisco Gomes e José Ribamar. Representando a Procuradoria Regional Eleitoral, Dr. Rodrigo Luiz Bernardo Santos. Em seguida, foi aprovada e assinada a ata da 10ª Sessão. Após, iniciou-se o julgamento dos seguintes processos:

RECURSO ELEITORAL Nº 93-31.2011.6.27.0029- REPRESENTAÇÃO. DOAÇÃO. CAMPANHA ELEITORAL. LIMITES ULTRAPASSADOS. LEI Nº 9.504/97. APLICAÇÃO DE MULTA. INELEGIBILIDADE. ELEIÇÕES 2010.

ORIGEM: PALMAS-TO (29ª ZONA ELEITORAL - PALMAS)

RELATOR: JUIZ MARCELO VELASCO N. ALBERNAZ

RECORRENTE: ARAGUAIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA E COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA, POR SEU PROCURADOR

ADVOGADOS: JUVENAL KLAYBER COELHO E RONÍCIA TEIXEIRA DA SILVA

RECORRENTE: ATAÍDES DE OLIVEIRA

ADVOGADOS: JUVENAL KLAYBER COELHO E RONÍCIA TEIXEIRA DA SILVA

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, POR SEU PROMOTOR

PRE.: RODRIGO LUIZ BERNARDO SANTOS

DECISÃO: O relator votou, de ofício, pela extinção do processo sem resolução do mérito quanto ao pedido de aplicação de inelegibilidade e cassou a sentença na parte em que impôs essa sanção a um dos representados; declarou prejudicado o recurso na parte em que impugna a inelegibilidade imposta pela sentença; e deu parcial provimento ao recurso exclusivamente para fixar a multa em R\$ 229.588,90; Resta mantida a sentença quanto à proibição de a empresa representada participar de licitações públicas e celebrar contratos com o Poder Público pelo período de cinco anos. Acompanharam o voto do relator o Juiz Francisco Gomes e o Desembargador José de Moura. Em seguida, o Juiz José Ribamar pediu vista dos autos. (SESSÃO 15.02.2012-10h). Sustentação oral pelo advogado dos recorrentes, Dr. Juvenal Klayber Coelho.

RECURSO ELEITORAL Nº 105-45.2011.6.27.0029- REPRESENTAÇÃO. DOAÇÃO. CAMPANHA ELEITORAL. LIMITES ULTRAPASSADOS. LEI Nº 9.504/97. APLICAÇÃO DE MULTA. INELEGIBILIDADE. ELEIÇÕES 2010.

ORIGEM: PALMAS-TO

RELATOR: JUIZ MARCELO VELASCO N. ALBERNAZ

RECORRENTE: VOLNEI LUIZ LAUXEN

ADVOGADO: MAURO JOSÉ RIBAS

RECORRENTE: MACOPAN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

ADVOGADO: MURILO SUDRÉ MIRANDA

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PRE.: RODRIGO LUIZ BERNARDO SANTOS

DECISÃO: O relator votou, de ofício, a extinção do processo sem resolução do mérito quanto ao pedido de aplicação de inelegibilidade nos presentes autos, cassando a sentença na parte em que impôs essa sanção a um dos representados; Deu parcial provimento aos recursos interpostos, exclusivamente para fixar a multa em R\$ 149.749,40 (cento e quarenta e nove mil, setecentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos). Restou mantida a sentença quanto à proibição de a empresa representada participar de licitações públicas e celebrar contratos com o Poder Público pelo período de cinco anos. Acompanharam o relator o Juiz Francisco Gomes e o Desembargador José de Moura. Em seguida, o Juiz José Ribamar pediu vista dos autos. (SESSÃO 15.02.2012-10h).

RECURSO ELEITORAL Nº 1-19.2012.6.27.0029- REPRESENTAÇÃO. DOAÇÃO. CAMPANHA ELEITORAL. LIMITES ULTRAPASSADOS. LEI Nº 9.504/97. APLICAÇÃO DE MULTA. INELEGIBILIDADE. ELEIÇÕES 2010

ORIGEM: PALMAS-TO (29ª ZONA ELEITORAL - PALMAS)

RELATOR: JUIZ MARCELO VELASCO N. ALBERNAZ

RECORRENTE: INOVAR SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA

ADVOGADO: RODRIGO DE CARVALHO AYRES

RECORRENTE: JAMES MENDES DA SILVA

ADVOGADO: JIOVANE POLICENA DE FREITAS

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, POR SEU PROMOTOR

PRE.: RODRIGO LUIZ BERNARDO SANTOS

DECISÃO: O relator votou pela extinção do processo sem resolução do mérito quanto ao pedido de aplicação de inelegibilidade, cassando a sentença na parte em que impôs essa sanção a um dos representados; julgou prejudicado o recurso de JAMES MENDES DA SILVA na parte em que impugna a inelegibilidade imposta pela sentença e negou provimento aos recursos interpostos na parte em que não restaram afetadas pelas deliberações acima, no que foi acompanhado pelo Juiz Francisco Gomes e pelo Desembargador José de Moura. O Juiz José Ribamar pediu vista dos autos. (SESSÃO 15.02.2012-10h).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2409-41.2010.6.27.0000- CONTAS NÃO PRESTADAS. CANDIDATO. ELEIÇÕES 2010

ORIGEM: PALMAS-TO

RELATOR: JUIZ FRANCISCO GOMES

REQUERENTE: GOIACIARA TAVARES CRUZ

ADVOGADO: HAGTON HONORATO DIAS

INTERESSADO: COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

REQUERIDO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DO TOCANTINS

PRE.: RODRIGO LUIZ BERNARDO SANTOS

DECISÃO: O Tribunal, por unanimidade, nos termos do voto do relator, negou provimento aos embargos opostos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 313-19.- REQUISICÃO. PRORROGAÇÃO.

PROCEDÊNCIA : NOVO ACORDO-TO (35ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ DE MOURA FILHO


REQUERENTE : JUÍZO DA 35ª ZONA ELEITORAL

INTERESSADA : AURINEIDE AMORIM SAMPAIO

PRE.: RODRIGO LUIZ BERNARDO SANTOS



DECISÃO: O Tribunal decidiu, por unanimidade, nos termos do voto do relator, pelo deferimento da prorrogação da requisição da servidora.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, para constar eu, Regina Bezerra dos Reis , Secretária Judiciária e de Gestão da Informação, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Senhor Presidente, demais membros presentes e Procurador Regional Eleitoral.
Palmas - TO, 15 de fevereiro de 2012.




Desembargador MARCO VILLAS BOAS
Presidente




Desembargador JOSÉ DE MOURA FILHO
Vice-Presidente



Juiz MARCELO ALBERNAZ
Corregedor Regional Eleitoral



Juiz FRANCISCO GOMES
Vice-Corregedor Regional Eleitoral



Juiz JOSÉ RIBAMAR MENDES JUNIOR
Ouvidor Regional Eleitoral



DR. RODRIGO LUIZ BERNARDO SANTOS
Procurador Regional Eleitoral